

O TESTAMENTO DE LÚCIO

Alethea Muniz
Da equipe do **Correio**

LÚCIO COSTA ERA HOMEM DE BOM SENSO. SEMPRE PONDERAVA ENTRE O VALOR ARTÍSTICO DA OBRA ARQUITETÔNICA E OS INTERESSES QUE RONDAVAM OS PEDIDOS DE TOMBAMENTO DA CONSTRUÇÃO. SÓ DEPOIS EMITIA O PARECER, FAVORÁVEL OU NÃO. ASSIM FOI DURANTE OS 35 ANOS EM QUE TRABALHOU NO HOJE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA.

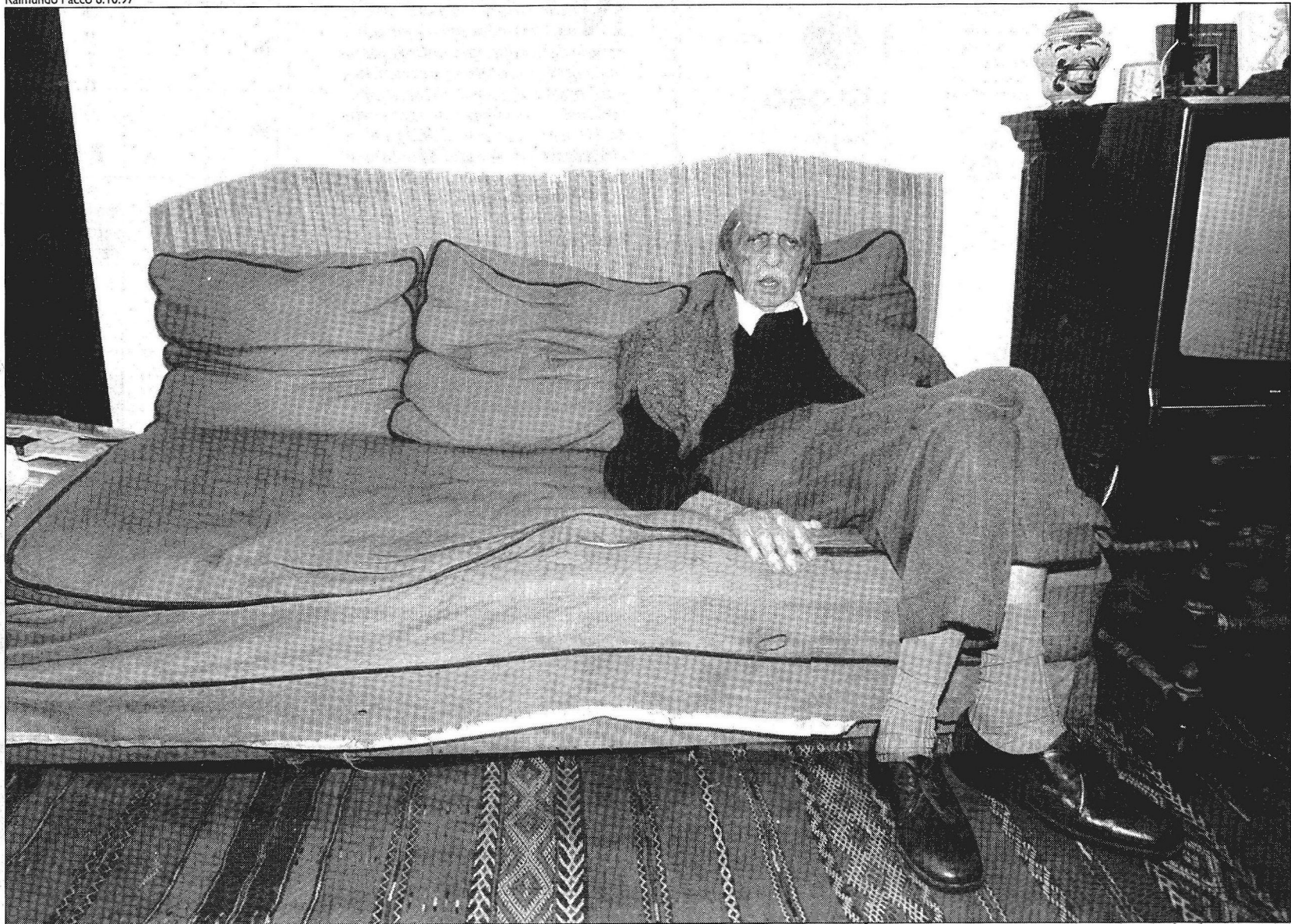
A Catedral de Brasília, por exemplo, teve o primeiro pedido de tombamento negado. "Tratando-se de uma igreja ainda em construção, não vejo como inscrevê-la no Livro do Tombo Histórico ou Artístico, pois não se pode antecipar o juízo *póstero* a ponto de tomar a coisa antes de sequer existir", justificou o arquiteto.

Em seguida, dizia que tal anomalia aparece quando se constata que a finalidade do artifício é permitir a contribuição ilegal do governo, em dinheiro, para a conclusão das obras. Situação agravada pelo confronto entre a verba pleiteada e a concedida à repartição para preservar centenas de igrejas existentes e abandonadas pelo poder eclesiástico.

O documento data de maio de 1962. Cinco anos depois, Lúcio Costa assina parecer favorável ao tombamento preventivo da catedral. "Meu pai nunca permitiu ser pilotado de qualquer maneira, a liberdade para ele era fundamental", conta a arquiteta Maria Elisa Costa. "E tinha convicção do que queria", continua, em entrevista por telefone.

Coube a Maria Elisa escrever a apresentação do livro *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*, organizado por José Pessôa, superintendente do Iphan/RJ. O lançamento será

Raimundo Paccó 6.10.97



Lúcio Costa, que morreu em junho passado, é tema de obra que tem apresentação da filha Elisa Costa: "É livro primoroso que revela a liberdade de meu pai"

no próximo dia 18, na Livraria do Museu (Palácio do Catete, Rio de Janeiro), junto com o volume *Inventários de Identificação*, organizado por Lia Motta e Maria Beatriz Resende Silva, e com a *Revista do Patrimônio*, número 27, sobre fotografia, organizada por Maria Inez Turazzi.

"O livro é primoroso, revela a liberdade e o cuidado do meu pai", conta Elisa. A edição reúne pareceres, cartas, fotografias usadas pelo próprio Lúcio para o trabalho. De 1937 a 1972, quando se aposentou, o arquiteto analisou o valor artístico ou histórico de igrejas, mosteiros, teatros, casas ou conjuntos habitacionais inteiros, prédios, cemitérios. Mesmo depois de ser desligado do órgão, Lúcio era procurado para eventuais consultas. Foi assim até a sua morte, em junho passado.

O arquiteto acreditava que o novo e o antigo integram-se de maneira

completamente harmônica. Costumava dizer que a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior. "O que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura", escreveu em carta a Rodrigo Melo Franco, diretor-geral do Iphan na época.

"É a vontade da arte, a vontade da beleza, a vontade da forma, ou nas suas palavras, a intenção plástica, que caracteriza tanto os antigos monumentos como a contribuição da moderna arquitetura brasileira", analisa José Pessôa, sobre o material publicado.

DESEJOS INSATISFEITOS

Nem sempre, porém, o desejo do arquiteto prevaleceu. A Torre Eiffel, por exemplo, deu o que falar. Não aquele monumento da capital francesa, mas a lojinha da Rua do Ouvi-

dor (Rio de Janeiro) que Lúcio Costa se empenhou em preservar. Em 1967, defendia que a casa de número 97/99 era o único exemplar existente no país de uma construção ainda filiada à corrente internacional de *stores* e *magasins* típicos do final do século passado e início deste.

Na época, o edifício estava para ser demolido. Deveria ceder lugar a uma arquitetura mais moderna, contra a qual lutavam os inquilinos do prédio. O caso foi acompanhado pela imprensa e estampado nos jornais. "Trata-se, num caso, da preservação de exemplar único, prestes a se perder; no outro, do simples acréscimo de mais uma unidade à massa urbana edificada", argumentou Lúcio Costa no documento.

Somente nove anos depois, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara propôs o tombamento de A Torre Eiffel.

Os proprietários recorreram e Lúcio Costa interveio em favor da lojinha. Não adiantou, os inquilinos foram despejados, o processo de tombamento arquivado pelo Dphan (como era chamado o atual Iphan) e A Torre Eiffel demolida.

"A população brasileira merece conhecer a sua história", defende Maria Elisa. O livro contribui para isso. Traz também, ao final, a situação atual das obras citadas nos pareceres. Em Brasília são tombados pelo Patrimônio Histórico a Catedral, o Catetinho e o Plano Piloto.

SERVIÇO

LÚCIO COSTA: DOCUMENTOS DE TRABALHO

Livro organizado por José Pessôa. 327 páginas. Edições do Patrimônio. Lançamento do Iphan, dia 18 de março, na Livraria do Museu (Palácio do Catete, Rio de Janeiro). Informações: (021) 233-9778.